

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

ROTEIRO E ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA SENTENÇA 19

1. A PROVA DE SENTENÇA DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NAS CARREIRAS DA MAGISTRATURA ESTADUAL E DA MAGISTRATURA FEDERAL 19
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A REALIDADE DA PROVA PRÁTICA DE SENTENÇA PENAL 20
 - 2.1. Gestão de tempo e espaço na prova prática de sentença penal... 20
 - 2.2. A disposição das informações na prova de sentença 22
 - 2.3. Caligrafia e a importância de um texto agradável visualmente ... 23
 - 2.3.1 Errei e quero corrigir, posso rasurar?..... 26
 - 2.4. Faça um roteiro da resposta antes de redigi-la..... 27
3. LEITURA ESTRATÉGICA DO ENUNCIADO..... 29
 - 3.1. Identificar as partes envolvidas no processo 29
 - 3.2. Identificar os fatos imputados ao acusado..... 31
 - 3.3. Verificar a data dos fatos e o local 31
 - 3.4. Destacar a data do recebimento da ação penal (denúncia ou queixa)..... 32
 - 3.5. Teses a serem abordadas..... 33
 - 3.6. Dados que podem influenciar na dosimetria 33
 - 3.6.1. A primeira fase da dosimetria 34
 - 3.6.2. A segunda fase da dosimetria 35
 - 3.6.3. A terceira fase da dosimetria 36
 - 3.7. Verificar a situação prisional do réu..... 36
 - 3.8. Resultado..... 37
 - 3.8.1. Absolvção do réu 37

4. ESTRUTURA DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	39
5. ORDEM DOS TÓPICOS NA SENTENÇA	40
5.1. Relatório/parágrafo de introdução.....	42
5.1.1. Relatório	42
5.1.2. Parágrafo de introdução.....	46
5.2. Questões processuais pendentes, preliminares e prejudiciais de mérito.....	47
5.2.1. Questões processuais pendentes.....	47
5.2.2. Preliminares	49
5.2.2.1. <i>Observações</i>	51
5.2.2.2. <i>Súmulas recorrentes sobre o tema</i>	55
5.2.3. Prejudiciais de mérito.....	55
5.3. Ingresso no mérito.....	58
5.4. Materialidade	59
5.5. Autoria	62
5.5.1. Reconhecimento de pessoas e o art. 226 do CPP – Trata-se de mera recomendação de proceder?.....	64
5.6. Teses alegadas pelas partes	68
5.7. Emendatio libelli – art. 383 do CPP	70
5.7.1. Em que tópico da sentença realizar a emendatio libelli?...	72
5.8. Atenuantes e agravantes	75
5.8.1. Em que parte da sentença devem ser abordadas as agravantes/atenuantes?.....	79
5.8.2. Breves anotações sobre agravantes e atenuantes	81
5.8.3. Agravantes e atenuantes que têm grande incidência na praxe forense em provas de Sentença Penal	83
5.8.3.1. <i>Reincidência</i>	84
5.8.3.2. <i>Agente menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença</i>	88
5.8.3.3. <i>Confissão</i>	88
5.8.3.3.1 <i>A Súmula 231 do STJ e considerações do autor. Possibilidade de distinguishing quando se trata de confissão?</i>	91
5.8.3.4. <i>Outras agravantes e atenuantes já cobradas em Provas de Sentenças</i>	93
5.8.3.5. <i>Concurso entre agravantes e atenuantes – art. 67 do CP</i>	96
5.9. Causas de aumento e de diminuição	99
5.9.1. Súmula 443 do STJ	104
5.9.2. Existindo mais de uma causa de aumento de pena no crime é possível o deslocamento de uma delas para exasperar a pena-base?	105

5.9.3. Pode o magistrado reconhecer uma causa de aumento não narrada na denúncia? E uma causa de diminuição não narrada?	106
5.9.4. Entendimentos relevantes e recorrentes sobre majorantes e minorantes de roubo e tráfico de drogas.....	109
5.9.4.1. Tentativa no crime de roubo.....	109
5.9.4.2. Majorante do concurso de pessoas no crime de roubo	109
5.9.4.3. Majorante do emprego de arma de fogo no crime de roubo.....	110
5.9.4.4. O crime previsto no art. 244-B do ECA em concurso com crimes da Lei de Drogas.....	112
5.9.4.5. A majorante prevista no inciso III do art. 40 da Lei 11.343/2006.....	114
5.9.4.6. Transnacionalidade e interestadualidade.....	115
5.9.4.7. A minorante prevista no art. 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/2006.....	117
5.9.4.8. A majorante prevista no art. 226, II, do Código Penal – crimes contra a dignidade sexual.....	121
5.10. Concurso de crimes	122
5.10.1. Breves anotações sobre concurso de crimes.....	122
5.10.1.1. Concurso material (também chamado de concurso real) – art. 69 do Código Penal.....	123
5.10.1.2. É possível a unificação das penas de reclusão e detenção para fixação do regime prisional?	125
5.10.1.3. Concurso formal (também chamado de ideal) – art. 70 do CP	126
5.10.1.4. Concurso de crimes e prescrição.....	131
5.10.1.5. Concurso material benéfico.....	132
5.10.2. Crime Continuado (Continuidade Delitiva)	133
5.10.2.1. Espécies de crime continuado	137
5.10.2.2. Aplicação de multa no concurso de crimes	139
5.10.2.3. Concurso de crimes e suspensão condicional do processo.....	139
5.11. Conduta típica, antijurídica e praticada por agente culpável.....	139
5.12. Dispositivo (julgo... a pretensão punitiva)	141
5.13. Passo à dosimetria da pena – critério trifásico.....	144
5.13.1. Primeira fase da dosimetria.....	146
5.13.1.1. Breves considerações sobre as circunstâncias judiciais.....	149
5.13.1.1.1. Culpabilidade	149
5.13.1.1.2. Antecedentes	150
5.13.1.1.3. Conduta social.....	155
5.13.1.1.4. Personalidade do agente	156

5.13.1.1.5. <i>Motivos do crime</i>	157
5.13.1.1.6. <i>Circunstâncias do crime</i>	157
5.13.1.1.7. <i>Consequências do crime</i>	158
5.13.1.1.8. <i>Comportamento da vítima</i>	159
5.13.2. Segunda fase da dosimetria.....	160
5.13.3. Terceira fase da dosimetria	161
5.13.4. Após as 3 fases da dosimetria, o Juiz deve considerar eventual concurso de crimes	162
5.13.5. Considerações de relevo sobre a pena acima do mínimo legal e o dever do Estado de proteção suficiente. Críticas à fixação desfundamentada da pena mínima	162
5.14. Detração	165
5.15. Regime inicial de cumprimento de pena.....	169
5.15.1. Súmula Vinculante no caso do art. 33, §4º, da Lei de Drogas	172
5.16. Valor do dia-multa	173
5.17. Penas Restritivas de Direito (PRD) – art. 44 do Código Penal.....	175
5.17.1. Requisitos.....	176
5.17.2. Violência doméstica ou familiar contra a mulher e penas restritivas de direitos.....	178
5.17.3. Regras de substituição (art. 44, §2º, CP).....	179
5.17.4. Sugestões de redação	179
5.18. Suspensão condicional da pena – Art. 77 do Código Penal.....	180
5.18.1. Requisitos	180
5.18.2. Período de Prova	182
5.19. Mínimo indenizatório à vítima	185
5.19.1. Necessidade de pedido expresso	186
5.19.2. Desnecessidade de indicação de um valor	186
5.19.3. (In)Dispensabilidade da produção de prova a respeito dos danos	187
5.19.4. Como o tema foi cobrado em provas de sentença penal....	187
5.19.5. É possível fixar dano moral coletivo na sentença penal condenatória?.....	189
5.20. Prisão preventiva – direito de recorrer em liberdade.....	192
5.21. Custas processuais – Art. 804 do Código de Processo Penal.....	197
5.22. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003), Drogas (art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas)	198
5.22.1. Armas (art. 25 da Lei 10.826/2003).....	199
5.22.2. Art. 72 da Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas.....	200
5.23. Perda dos objetos ilícitos e proventos do crime (art. 91 do CP) e outros efeitos da Sentença Penal Condenatória (arts. 91 e 92 do Código Penal).....	200
5.23.1. Perdimento em favor da União – automóvel utilizado no tráfico de drogas – previsão constitucional e legal	202

5.24. Comunicação à vítima – na forma do art. 201, §2º, do CPP	202
5.25. Determinações após o trânsito em julgado.....	204
5.25.1. Efeitos políticos da condenação.....	204
5.25.2 Expedição de guia de recolhimento definitiva, com a remessa ao Juízo das Execuções	205
5.25.3 Inclusão do nome do réu no rol dos culpados.....	207
5.25.4 Registro da sentença para fins de antecedentes e expedição de ofício ao Instituto Nacional de Identificação	208
5.25.5 Outras determinações que eventualmente podem aparecer no espelho de uma Sentença Penal.....	208
5.26. Parte autenticativa – P.R.I. Juiz de Direito Substituto	213
6. MODELOS DE ESQUELETOS DE SENTENÇAS CRIMINAIS.....	214
6.1. Sentença Penal Condenatória.....	215
6.2. Sentença Penal Absolutória	221
6.3. Sentença Penal com Extinção da Punibilidade	223
6.3.1. Extinção da Punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva.....	223
6.3.2. Extinção da Punibilidade em razão da morte	225
7. A SENTENÇA NO TRIBUNAL DO JÚRI (HIPÓTESE QUE FOI EXIGIDA NA PROVA DE SENTENÇA PENAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS – 2023).....	226
7.1. Modelo de um caso real, em que dois réus foram pronunciados pelo artigo 121, §2º, I, II e IV do CP, artigo 211 do Código Penal e art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente. Um deles foi absolvido e outro condenado por parte dos crimes.....	233
7.2. A sentença (rectius: decisão) de pronúncia. Prolegômenos e modelo.....	238
8. RECOMENDAÇÕES DE PORTUGUÊS PARA UM TEXTO MAIS CLARO	241
8.1. Busque escrever com frequência	242
8.2 Prefira construir frases e parágrafos curtos	243
8.3 A nova redação jurídica.....	245
8.4 Prefira escrever em ordem direta, na voz ativa, em vez de uma ordem indireta, na voz passiva	246
8.5 Prefira ser claro a ser poético	247
8.6 Cinco vícios que devem ser evitados na redação de uma sentença ...	248

CAPÍTULO 2

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA: SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA EM TESES E JULGADOS RELEVANTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

251

1. SÚMULAS MAIS RELEVANTES PARA PROVAS DE SENTENÇA PENAL.....	251
1.1. Penal material	251
1.2. Processo Penal	257
1.3. Estatuto da Criança e do Adolescente	260
2. INFORMATIVOS DO STJ E DO STF SOBRE O TEMA	261
3. JURISPRUDÊNCIA EM TESES SOBRE DOSIMETRIA	266
4. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE PARA SENTENÇA CRIMINAL	273
4.1. Estupro e Estupro de Vulnerável.....	273
4.2. Furto	275
4.3. Roubo e Latrocínio	280
4.4. Corrupção de menores	283
4.5. Homicídio culposo	284
4.6. Crimes do Estatuto do Desarmamento	287
4.7. Crimes da Lei de Drogas	292
4.8. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 7.492/86)....	297
4.9. Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.....	299
4.10. Resistência	301
4.11. Associação Criminosa.....	302
4.12. Embriaguez ao volante	305
4.13. Ameaça.....	306

CAPÍTULO 3

PROVAS DE CONCURSOS ANTERIORES RESOLVIDAS..... 309

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	309
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	316
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.....	325
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA	339
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE.....	349
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO	368
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	388
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.....	393
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS.....	401
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO.....	409
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – 2023 – PROVA DE SENTENÇA PENAL NO TRIBUNAL DO JÚRI	426

CAPÍTULO 4

ENUNCIADOS CRIADOS PELO AUTOR..... 437

1. ENUNCIADO 1	437
1.1. Padrão de respostas do Enunciado 1.....	440
2. ENUNCIADO 2	450
2.1. Padrão de respostas do Enunciado 2.....	453
3. ENUNCIADO 3	462
3.1. Padrão de respostas do Enunciado 3.....	464
4. ENUNCIADO 4	470
4.1. Padrão de respostas do Enunciado 4.....	477
5. Enunciado 5	488
5.1. Padrão de respostas do Enunciado 5.....	492
6. Enunciado 6	499
6.1. Padrão de respostas do Enunciado 6.....	501
7. ENUNCIADO 7	509
7.2. Padrão de respostas do Enunciado 7.....	511
8. ENUNCIADO 8	518
8.1. Padrão de respostas do Enunciado 8.....	520
9. ENUNCIADO 9	528
9.1. Padrão de respostas do Enunciado 9.....	531
10. ENUNCIADO 10.....	540
10.1. Padrão de respostas do Enunciado 10.....	543
11. ENUNCIADO 11.....	550
11.1. Padrão de respostas do Enunciado 11.....	554

CAPÍTULO 5

SENTENÇAS EM CASOS CONCRETOS 563

1. Estupro de Vulnerável. Majorante do art. 226, II, do CPP (avô). Pedido de instauração de incidente de insanidade mental. Rejeição da tese.....	563
2. Réu condenado por tráfico de drogas. Determinada perda do bem apreendido.	569

3. Réus condenados como incurso nas penas dos arts. 33, com a incidência da majorante do art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, c/c art. artigo 16, § 1º, inciso III (artefato explosivo) da Lei n. 10.826/2003 (emendatio libelli), na forma do art. 69 do Código Penal. Absolvidos da imputação do art. 35 da Lei de Drogas, com fulcro no art. 386, VII, do CPP. Negado o direito de recorrer em liberdade.	576
4. Crimes previstos no art. 337 do Código Penal, artigo 155, §§ 1º e 4º, I, do Código Penal e artigo 250 do Código Penal, todos na forma do art. 69 do Código Penal (concurso material) – (emendatio libelli -art. 383 do CPP).	588
5. Réu condenado como incurso nas penas do art. 132 do Código Penal, art. 129, § 6º c/c § 7º, do Código Penal, c/c art. 32, § 1º-A da Lei 9.605/98, todos na forma do art. 69 do CP (concurso material de crimes). Penas substituídas por restritivas de direito	597
6. Homicídio culposo no CTB – Artigo 302, parágrafo único, inciso III, do CTB. Pena que foi substituída por duas restritivas de direito. Determinada, ainda, expedição de ofício ao DETRAN-XX para registro da pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo período de 4 anos. Extinta a punibilidade pela prescrição em abstrato em relação ao crime do art. 305 do CTB. Extinta a punibilidade pela prescrição retroativa em relação ao art. 303, parágrafo único do CTB, conforme fundamentação.....	609
7. Roubo majorado pelo concurso de pessoas. Concurso formal próprio de 3 crimes. Rechaçada tese defensiva de afastamento da pena de multa.	618
REFERÊNCIAS	627